

TOPIC GUIDE: A AGENDA 2030 E O ODS16

Por Ana Figueiredo, Cíntia Silva e Luísa Loureiro - PET-IRI/PUC-Rio

TG1, Edição 1

NÚCLEO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento (NPD) corresponde a uma das linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. O NPD foca na atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais.

Contato

+55 (21) 3527-1557

nucleodesenvolvimento.pucrio@gmail.com

<http://www.iri.puc-rio.br>

<https://www.npdiri.org/>



Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento

Sobre a Agenda 2030:

Aprovada entre 25 e 27 de setembro de 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030, de caráter global, consiste em um plano de ação composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes, por sua vez, são constituídos por 169 metas e 232 indicadores, a serem atingidos até o ano de 2030.

A partir do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (2015), a agenda busca estabelecer meios para a implementação de suas metas e para a configuração de parcerias globais sob os slogans da transparência e da participação, tanto de autoridades governamentais, como da sociedade civil.

Um compromisso de todos: Apesar dos questionamentos acerca da capacidade de todos os envolvidos se comprometerem, especialmente no caso dos países subdesenvolvidos, o lema “*no one left behind*” traz a concepção de que o desenvolvimento só será efetivo se alcançar a todos. Para isso, há grande destaque para a necessidade de engajamento e na proposta da participação de todos por meio de uma Parceria Global envolvendo tanto os atores internacionais como os locais, de todos os segmentos da sociedade.





Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (Foto: ONU)

Os ODS:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados foram criados nas bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, buscando também complementá-los para lidar com novos desafios. Os objetivos podem ser divididos em quatro dimensões do desenvolvimento sustentável:

ambiental: abrange a preservação do meio ambiente e a adoção de medidas efetivas frente às mudanças climáticas;

social: relacionada às necessidades humanas, redução de desigualdade e inclusão, saúde, infraestrutura e saneamento básico, educação, segurança e violência, melhoria da qualidade de vida e justiça;

econômica: erradicação da pobreza, padrões de consumo e produção sustentáveis, a redução da produção de resíduos e no consumo de energia, acesso a recursos hídricos, entre outros;

institucional: referente ao alcance, à transparência, à inclusão e às capacidades de implementar os ODS.

Os ODS entraram em vigor em janeiro de 2016. **São eles:**

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Para saber mais: [Sustainable Development Knowledge Platform](#)

O Objetivo 16:

Visando à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, o acesso à justiça e a construção de instituições eficazes e inclusivas em todos os níveis, o Objetivo 16 trata pela primeira vez de questões relativas à segurança pública, justiça e governança em uma agenda de desenvolvimento. Este objetivo abrange metas associadas à redução de mortes por violência, tráfico e tortura e à participação social nas instituições de poder, amparada por acesso público à informação, trazendo a dimensão da representação e da governança e sendo integrada aos processos de desenvolvimento e de redução da pobreza.

As submetas do ODS 16:

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Últimos progressos:

Segundo o último relatório dos ODS de 2017, *o Progress towards the Sustainable Development Goals - Report of the Secretary-General*, os progressos do ODS 16 permanecem desiguais entre as regiões. Enquanto a taxa de homicídios diminuiu em algumas áreas, em países localizados na América Latina, África Subsaariana e Ásia, por exemplo, grandes parcelas da população enfrentam um risco crescente de homicídio intencional. O relatório diz ainda:

Tráfico humano: Os países progrediram em termos de detecção de vítimas de tráfico de pessoas. No entanto, meninas e mulheres ainda são a maioria das vítimas de tráfico identificadas, ainda que a proporção tenha recuado lentamente. Enquanto a porcentagem de vítimas da exploração sexual diminuiu, a proporção de pessoas traficadas para trabalho forçado aumentou.

Violência sexual: A falta de dados e a falta de notificação dos casos ainda configuram desafios para lidar com a questão da violência sexual, especialmente quando envolve casos de pedofilia ou todas as dificuldades em torno da denúncia.

“16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças” - ODS 16 e Submetas

População carcerária e sistema judicial: As taxas de detenção preventiva sugerem que o progresso em relação ao estado de direito e acesso à justiça tem sido lento. A proporção de pessoas detidas sem serem condenadas por um crime permaneceu quase inalterada demonstrando que mudanças substanciais ainda não foram alcançadas nas capacidades de sistemas judiciais de processar e julgar os acusados. A questão é chave para a submeta **16.3 a qual envolve** a promoção de Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantia da igualdade de acesso à justiça para todos.

Corrupção: A falta de transparência e impunidade ainda são fatores que alimentam os atos de corrupção tanto no setor público quanto privado e alvos da *submeta 16.5*. Em 2015, mais de 18% das empresas em todo o mundo declararam receber pelo menos um pedido de suborno. Os casos de corrupção de empresas em países de renda baixa e média baixa totalizou 25% em uma comparação aos 4% em países considerados ricos.

Desvios de verba: os orçamentos governamentais necessitam de maior transparência e realismo, na visão do relatório. Embora os gastos em quase 2 em cada 3 países estivessem dentro de 10% de seus orçamentos nacionais no ano de 2015, 1 em cada 7 países desviou pelo menos 15%. No entanto, a confiabilidade orçamentária teve uma melhora em algumas regiões da Ásia, por exemplo. O desenvolvimento de instituições eficazes e transparentes em todos os níveis é o cerne da submeta 16.6.

Direitos Humanos e instituições: As instituições nacionais independentes de direitos humanos exercem um importante papel na garantia do cumprimento dos direitos humanos e de que ninguém seja deixado para trás. Ao final de 2016, 37% dos países tinham pelo menos uma instituição nacional de direitos humanos em conformidade com os padrões internacionais como visa a submeta 16.10.

(Ver mais: [Progresso of Goal 16 in 2017 – UN](#))

Monitoramento dos ODS:

Para avaliar a efetividade das ações de desenvolvimento dos países é necessária a análise periódica de dados que refletem a realidade de cada região. A questão é tão fundamental que o ODS 17 traz metas específicas para o aumento da capacidade estatística dos países e desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento para garantir que ninguém seja deixado para trás. (Mais sobre: [Plataforma da Agenda 2030](#))

Entretanto, desagregar os dados é uma tarefa que demanda não apenas a confecção de novos indicadores, mas também pessoal técnico capacitado para realizar a coleta e a análise desses dados. E essa é uma das partes mais complicada desse trabalho, pois nem todos os países contam com um vasto corpo técnico especializado em produção estatística ou a capacidade institucional de mapear todo o território nacional, traduzindo os achados em dados desagregados sobre toda a população. Esses dados produzidos também precisam ser de fácil acesso, para que os formuladores de políticas públicas possam usá-los para implementar os objetivos do desenvolvimento sustentável e para que seja possível o monitoramento dos avanços da Agenda 2030 (SANTOS ano; SANTOS ano).

Assim, não basta que toda uma nova “gramática” estatística seja criada, é preciso analisar se os novos indicadores criados realmente serão capazes de dar conta da realidade local, uma vez que

possuem uma base comum que deverá ser implementada por todos, independente de diferenças regionais (para mais: Os ODS e seus indicadores: novas classes gramaticais, uma mesma morfologia). Essa base de dados comum contará com o compartilhamento voluntário de experiências e conhecimentos produzidos pelos atores via Partnership for SDGs Online Platform, uma plataforma criada pelo *United Nations Department of Economic and Social Affairs* (UN-DESA), para facilitar o compartilhamento dos resultados e experiências produzidos pelos atores Estatais, sociedade civil, autoridades locais e outros, interessados na implementação dos 17 ODS (ONU).

Nesse quesito, no que concerne à Agenda 2030 e aos ODS, não é mais possível falar em desenvolvimento sem planejamento, informações qualificadas, órgãos estatísticos e todo um sistema de fornecimento de dados confiáveis, acessíveis e atualizados sobre as ações para o desenvolvimento sustentável promovidas pelos países. O próprio documento da agenda estabelece: “os governos têm a responsabilidade primária de acompanhamento e revisão, em âmbito nacional, regional e global, do progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas ao longo dos próximos 15 anos”.

Sobre os Indicadores

“Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável devem ser desagregados e levar em conta renda, sexo, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência e localização geográfica, ou outras características, de acordo com os Princípios Fundamentais Princípios das estatísticas oficiais.” (Resolução 68/261)

Para acompanhar a implementação dos ODS, a Divisão de Estatística das Nações Unidas criou o Grupo Interinstitucional e de Especialistas em Indicadores de ODS (IAEG-SDGs), composto por Estados Membros e incluindo agências regionais e internacionais como observadores. A IAEG-ODS foi encarregada de desenvolver e implementar o quadro de indicadores globais para os Objetivos e metas da Agenda 2030 que servirão para acompanhar a realização das metas pelos próximos anos.

Para saber mais: Os indicadores de cada submeta do ODS 16

Indicadores Globais: foram desenvolvidos pelo IAEG-SDGs e acordados na 48ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, realizada em março de 2017. Voltados para uma avaliação em escala global, sua aplicação em contexto nacional pode exigir o desenvolvimento de mecanismos distintos por parte das instituições locais, dado que existem novos temas incorporados aos ODS, que não são mensuráveis somente por indicadores como PIB ou renda per capita. **Classificação de nível para indicadores globais dos ODS**

Para facilitar a implementação do quadro de indicadores globais, todos os indicadores são classificados pelos *Inter-agency Expert Group on SDG Indicators* são divididos em três níveis, ou *tiers*, com base em seu nível de desenvolvimento metodológico e na disponibilidade de dados em nível global. São eles:

Nível 1: indicadores que tem uma metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos, e os dados são produzidos regularmente pelos países para pelo menos 50% dos países e da população em todas as regiões onde o indicador é relevante.

Nível 2: são os indicadores que tem uma metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos, mas os dados não são produzidos regularmente pelos países.

Nível 3: Indicadores que estão sendo desenvolvidos mesmo sem que haja um padrão ou metodologia internacionais preestabelecidos.

O estabelecimento do sistema de níveis busca auxiliar no desenvolvimento de estratégias de implementação global. Para os indicadores de nível I e II, a disponibilidade de dados no nível nacional pode não estar necessariamente alinhada com a classificação global de nível e os países podem criar sua própria classificação de nível para implementação.

Para saber mais: [Tier Classification for Global SDG Indicators](#)

A atuação do Brasil: Dentre as agências regionais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ganhou destaque quando assumiu a presidência da Comissão em março de 2016. A escolha não apenas trouxe um destaque internacional ao Brasil no campo, como também o desafio de coordenar as principais discussões estatísticas da ONU e a escolha dos indicadores para o território brasileiro e para a os ODS como um todo. (Ver mais: [IBGE assume presidência da Comissão de Estatística da ONU – O GLOBO, 2016](#))

[Instituições avançam no debate sobre indicadores globais da Agenda 2030](#): Entre os dias 24 e 26 de abril, sob organização do IBGE, ocorreu o III Encontro de Produtores de Informação Visando à Agenda 2030 com mais de 300 técnicos de instituições do governo federal para avançar na elaboração dos indicadores globais para acompanhar os ODS no Brasil.

O encontro também foi ocasião de lançamento da **Plataforma ODS**: site com o primeiro conjunto de indicadores, fichas metodológicas, tabelas, gráficos e mapas onde é “possível conhecer em que etapa se encontra cada indicador, como os que já foram produzidos, os que estão em análise/construção, os que ainda não possuem dados, os que não têm metodologia global definida e ainda aqueles que não se aplicam ao país”, segundo o IBGE. A plataforma apresenta ainda uma seção com notícias, entrevistas, reportagens e conteúdos audiovisuais. (Ver mais: [Nova plataforma digital permite acompanhar indicadores da Agenda 2030 – IBGE, 2018](#))

Relatório Luz: Organizações da sociedade civil apresentaram em junho de 2017, o documento sobre a implementação dos ODS no Brasil. O “Relatório Luz da Sociedade Civil sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” é uma prévia da prestação de contas que seria entregue à ONU no mês seguinte.

Na avaliação das organizações presentes no documento, o Brasil enfrenta uma situação preocupante em relação aos ODS, de acordo com a ONG Gestos. ([ONGs apresentam relatório sobre implementação dos objetivos globais no Brasil – Nações Unidas, 2017](#))

O relatório aborda a situação do país em relação à Pobreza (ODS1), à Fome (ODS2), à Saúde (ODS3), à Equidade de Gênero (ODS5), à Indústria e Infraestrutura (ODS9); aos Oceanos, Mares e Recursos Hídricos (ODS14) e aos meios de implementação da Agenda 2030 (ODS17). E já repercutiu no jornal britânico The Guardian e no portal das Nações Unidas.

[Relatório Versão Completa \(Julho\)](#)

Segundo o Relatório Luz: há legislações e normas explicitamente contrárias às diretrizes dos ODS – com impactos nos sistemas de saúde, educação e seguridade social – o que expressa um cenário de não observância dos ODS no Brasil. Foram trazidos ainda o cenário de desemprego e do trabalho precário, os retrocessos nos campos da segurança alimentar, justiça social e ambiental, e o desmantelamento de conquistas básicas nos campos dos direitos humanos, inclusive dos direitos sexuais e reprodutivos.

Fruto do trabalho de diversas entidades renomadas e de grande representatividade da sociedade civil organizada do país, o relatório elenca os desafios para a implementação desta agenda, assim como apresenta propostas sobre como superá-los. (Evento em São Paulo marca dois anos da Agenda 2030 – GTAgenda 2030, 2017)

Mandala de Desempenho Municipal: Criado pela Confederação Nacional de Municípios, a plataforma consiste em uma base para monitoramento *online*. A ferramenta serve para expor indicadores sobre quão próximos os municípios brasileiros estão do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Plataforma Global Partnership: Criada no Fórum de Alto Nível sobre Ajuda Efetiva em Busan, Coreia do Sul, a Parceria Global para Cooperação Efetiva de Desenvolvimento é um projeto liderado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e concerne 161 países, 56 organizações internacionais e parceiros adicionais nos setores público e privado. E dessa parceria foi criada uma plataforma online, a *Global Partnership*, que permite não apenas o acompanhamento de implementação dos ODS, mas age de forma mais abrangente, permitindo acompanhar os níveis do progresso de desenvolvimento como um todo em cada país do globo. Os usuários podem selecionar indicadores como ano, parcerias para desenvolvimento, sistema legislativo ou até mesmo tendências históricas.

Cooperação Internacional

(Ver mais: SDGs on Development Cooperation- Achim Steiner, PNUD, 2017)

A Agenda de 2030 busca sair da relação doador-receptor para uma perspectiva de *parceria* entre partes interessadas.

Setor privado: Para isso, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas visa formar parcerias de investimento na agenda com atores como o Centro para o Desenvolvimento no Setor Privado Internacional, em Istambul, uma parceria que possibilitaria a criação de uma ação de caráter recomendativo em conjunto com a cúpula do G20 capacitando o desenvolvimento comercial a partir da inclusão de populações de baixa renda a cadeias de valor, por exemplo. Esta iniciativa incluiria quase 200 companhias na implementação do processo.

No âmbito filantrópico, a proposta seria a criação de uma cadeia de instituições filantrópicas que não apenas colaborassem com a inserção econômica, mas fossem também capazes de apoiar a implementação das ODS a nível nacional, assim como um incentivo à ação conjunta de governos, organizações multi e bilaterais, sociedade civil e o setor privado engajados com cooperação para o desenvolvimento.

Para saber mais: Um legado de engajamento do setor privado para o desenvolvimento sustentável – ONU, 2016.

Quanto às críticas à Agenda 2030

Assim como as agendas anteriores, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os ODS se baseiam mais em um caráter propositivo do que em um tratado obrigatório, o que pode levar ao não cumprimento do proposto. Além disso, a falta de compromisso por parte de organizações internacionais e, principalmente, das estruturas nacionais, em colocar os ODS em prática é ponto chave entre as principais críticas à Agenda 2030.

Discursos versus práticas: há a ideia de uma falsa sensação de sucesso promovida pelos ODS, o que mascararia a lentidão dos governos na implementação dos direitos humanos. Casos de privação e até violação dos direitos humanos, que requereriam ações imediatas, ainda são deixados de escanteio ou têm as possibilidades de resolução adiadas (PODGE, 2016).

ODS versus DH: O compromisso com a plena realização dos direitos humanos implica na redução das desigualdades econômicas. Apesar da presença nos discursos de que os direitos humanos são indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, os ODS cobrem apenas uma parte dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos que permanecem amplamente despercebidos entre os pobres.

Reformas estruturais: os ODS não refletem a necessidade das reformas estruturais que seriam necessárias para tornar os arranjos institucionais nacionais e supranacionais menos distorcidos e enviesados em direção aos interesses de uma minúscula elite do poder global.

Quanto ao papel dos indicadores: permitir que este monitoramento seja monopolizado por agências intergovernamentais politicamente expostas e vulneráveis, cujos chefes são nomeados e cujos fundos são dependente dos governos, coloca estas agências numa posição impossível e previsivelmente as envolve em esforços falsos para dar aos políticos os números de tendência que eles querem.

Persistência das estruturas de desigualdades: relacionada à incoerência entre prática e discurso, está a falta de medidas contribuam de fato para a implementação dos ODS. Assim, a tarefa ainda estaria submetida aos caprichos da caridade e do crescimento econômico. A ideia se reflete na falta de compromisso dos ODS em combater a discriminação e desigualdade.

Para saber mais: [Critique of the Sustainable Development Goals' Potential to Realize the Human Rights of All: Why being better than the MDGs is not good enough](#) - Thomas Pogde, 2016

Mobilidade e a Agenda 2030:

No atual cenário global a questão da mobilidade é um fator que vem se tornando central nas agendas nacionais dos países-membros da ONU. As consequências do deslocamento forçado, causados por conflitos e pelo aumento da extrema pobreza, começaram a ser sentidas em diversos países desenvolvidos, mas, em especial, nos países em desenvolvimento, dado que geralmente são eles os primeiros a receberem aqueles migrantes que conseguem sair de seus países de origem, o que pressiona estruturas socioeconômicas, por vezes, já insuficientes para a população local nativa (BANCO MUNDIAL, 2017).

Esses grandes fluxos populacionais acabam gerando reações dos países receptores, que podem se manifestar de diversas maneiras, desde a tentativa de integrar esses migrantes na sociedade até o fechamento total das fronteiras. O nexos conceitual entre segurança e desenvolvimento, no qual o subdesenvolvimento é visto como um dos fatores geradores de insegurança internacional, especialmente pelos governos dos países desenvolvidos no pós 11 de setembro (2001), se tornou

a base para as diretrizes de diversas agências humanitárias, da ONU, de ONGs e de estratégias governamentais voltadas para a segurança nacional de alguns países (TSCHIRGI, 2006).

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável têm uma proposta de ação global para focar nesses fatores geradores de subdesenvolvimento. A proposta geral é encontrar saídas nacionais, mas também globais, para muitas questões que transbordam fronteiras estatais, como o aquecimento global ou o deslocamento forçado, consequência de uma ausência de condições socioeconômicas mínimas para a sobrevivência de pessoas em determinados locais.

O Objetivo 16 da Agenda 2030, por exemplo, tem como meta geral promover condições socioeconômicas mais justas e inclusivas, além de reduzir fatores que levam a conflitos armados, que possam inviabilizar o desenvolvimento sustentável. Destarte, esse ODS 16 tem como foco o desenvolvimento de fatores sociais estruturais fundamentais para gerar comunidades capazes de prover para seus membros condições dignas de subsistência e segurança.

Assim, a relação entre o ODS 16 e o tema da mobilidade fica clara, especialmente quando olhamos para os movimentos migratórios e a sua relação com o desenvolvimento. Os motivos que levam as pessoas a saírem de seus locais de origem tem ligação com os fatores socioeconômicos locais e o modo como as oportunidades sociais são distribuídas nessas sociedades. Outro fator expulsor importante, tratado pelas submetas do ODS 16, é a violência resultante dos conflitos internos aos Estados.

Entretanto, de acordo com o *ThinkTank* britânico ODI, a questão da mobilidade não deve ser entendida apenas como um problema de desenvolvimento a ser resolvido e sim, como uma oportunidade de se realizar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A circulação de pessoas, dentro dessa visão, pode ser benéfica tanto para o local de origem quanto para o de recebimento, se os Estados se comprometerem a olhar para a questão da mobilidade da maneira como os ODS propõem ao longo de suas 17 metas (ODI, 2017).

No caso brasileiro, a relação entre mobilidade e desenvolvimento aparece quando olhamos para os índices migratórios das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) produzidas pelo IBGE. Nessa pesquisa, podemos ver como a falta de oportunidades socioeconômicas leva muitas pessoas a saírem das cidades em que moram para tentar a vida em outros estados da federação. O caminho inverso, a chamada migração de retorno, no qual esses migrantes voltam para seus locais de origem, é um fenômeno relativamente recente. A causa desse movimento migratório é a mesma que, inicialmente, levava essas pessoas a partirem de suas casas, ou seja, a falta de oportunidades econômicas. Mas, dessa vez, essa ausência está ocorrendo nos grandes centros urbanos (BRITO; CARVALHO; 2016).

As submetas 16.1, 16.2, 16.4 e 16.10 (a), por exemplo, tratam de duas das principais causas de migrações forçadas que são as várias formas de violência, seja ela direta ou estrutural, e os conflitos. Entre as submetas que falam sobre a promoção de estabilidade política e a garantia de um Estado de Direito a nível nacional e internacional, com igualdade de acesso à justiça, temos as submetas 16.3, 16.5, 16.6, 16.7, 16.9 e 16.10 (b), que se relacionam com o tema da mobilidade por se tratarem de condições sociais estruturais importantes, para que as pessoas possam permanecer em seus locais de moradia tendo segurança física, jurídica e socioeconômicas.

Avaliação no Brasil

Para avaliar o avanço da implementação desses objetivos, a base métrica geral para os indicadores a serem produzidos foi definida na 48ª reunião da Comissão de Estatística das Nações Unidas. Serão 232 (UNSTATS) indicadores globais usados para avaliar o progresso dos países e, os responsáveis oficiais no Brasil pela produção desses dados, serão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que vão compor o corpo técnico permanente da Comissão Nacional para os ODS.

Entretanto, existem discrepâncias quanto à quantidade exata de indicadores, pois, de acordo com o Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS (2017-2019), o IBGE e o IPEA usarão cerca de 241 indicadores para avaliar o progresso brasileiro, cerca de nove a mais do que o sugerido pelas Nações Unidas. Essas discrepâncias ocorrem por conta das diferentes realidades nacionais e institucionais entre os membros da ONU, que “podem requerer o desenvolvimento de mecanismos distintos para avaliar os progressos”.

A ONU, por sua vez, é responsável por congrega e analisar todos os dados produzidos nacionalmente via Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF), parte do Economic and Social Council (ECOSOC), e disponibilizá-los através da base de dados estatísticos das Nações Unidas, United Nations Statistic Division (UNSTATS).

No caso brasileiro, muitas entidades da sociedade civil já estão trabalhando com a avaliação do progresso da implementação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Além do IBGE e do IPEA, institutos como o Igarapé, Estratégia ODS (coalizão de organizações da sociedade civil, setor privado, acadêmicos e governos locais) ou mesmo o Observatório das Metrôpoles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia), via publicação do “Caderno de Experiências de Territorialização, Monitoramento e Incidência dos ODS”, e o PNUD (Organização das Nações Unidas), por meio da Plataforma Agenda 2030, atuam para promover os ODS e propor estratégias para a implementação efetiva desses objetivos.

Além disso, temos diversas outras instituições brasileiras que trabalham com a relação entre migração, desenvolvimento e segurança. Essas instituições promovem um trabalho de análise do impacto desses fatores na sociedade, como o CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais, a Fundação Joaquim Nabuco, em Pernambuco, o NEPDA (Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais) da Universidade Estadual da Paraíba, ou ainda, trabalhos de assistência direta aos migrantes e refugiados como o realizado pelo Instituto Migração e Direitos Humanos

Dados sobre deslocados internos no Brasil e suas discrepâncias:

O Observatório de Migrações Forçadas, do Instituto Igarapé, oferece monitoramento do deslocamento interno no Brasil. Desde 2000, segundo relatório divulgado em 2018 pelo instituto, cerca de 7.7 milhões de brasileiros precisaram se deslocar. As principais causas apontadas são projetos de desenvolvimento (que incluem infraestrutura e urbanização) e desastres (naturais ou provocados pela ação humana). No ano de 2017, foram registrados 315.411 deslocados internos, o que representa um aumento em relação ao ano de 2016, que contabilizou 193.075 deslocados.

Vale ressaltar que o Observatório não mapeia deslocamentos causados por violência urbana, embora assuma sua relevância, uma vez que "o país ainda não possui mecanismos de monitoramento desta dinâmica" (INSTITUTO IGARAPÉ). Contudo, a violência rural é avaliada e registrada no relatório.

Os eventos mais recentes assinalados como motivadores para o deslocamento interno foram as obras voltadas para a Copa do Mundo e Olimpíadas, o rompimento da barragem de Mariana, e a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Salientamos aqui, para o ano de 2018, um possível aumento do número de deslocados internos, principalmente no estado do Rio de Janeiro, impulsionado pela intervenção federal na segurança (atrelada ao contexto de violência urbana nas favelas) e a falta de infraestrutura para lidar com tempestades, percebida pela matéria do G1 de fevereiro/2018, com 1,5 mil pessoas desalojadas.

Outro centro responsável por analisar os deslocados internos é o Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC). Em relatório de 2016, são apontados 59.000 deslocados internos no

Brasil em 2015 devido a desastres. Entretanto, não são indicados quais desastres foram contabilizados. Além disso, ressalta-se o papel das obras de infraestrutura ligadas às Olimpíadas do Rio em 2016 como fator de deslocamento interno, devido às remoções realizadas, e também à necessidade de melhorar a cidade visualmente retirando populações mais pobres de áreas pelas quais haveria passagem de turistas e imprensa internacional. Apesar disso, não existe uma categoria de "Desenvolvimento", como no relatório do Observatório de Migrações Forçadas, apenas de "Conflitos" e "Desastres". Deslocamentos por conflitos não foram registrados.

Em seu relatório mais recente, de 2017, o IDMC aponta 71.000 deslocados internos no Brasil no primeiro semestre de 2017 por conta de desastres. Novamente não foram encontrados detalhes sobre quais desastres foram considerados, e a violência não aparece como motor para o deslocamento. Contudo, a discrepância do número apresentado pelo IDMC em relação ao número fornecido pelo Observatório de Migrações Forçadas é evidente.

O relatório *Migration, Environment, and Climate Change: Policy Brief Series* evidencia a questão ambiental como uma das principais causas de deslocamento interno no Brasil. A combinação do desflorestamento e não respeito a áreas preservadas, políticas públicas incoerentes, falta de implementação efetiva de leis ambientais, atreladas a vulnerabilidades socioeconômicas, e mudanças climáticas que levam a secas em determinadas regiões e excesso de chuva em outras são os geradores de deslocamento apontados. Não foi, neste relatório, contabilizado o número de deslocados internos brasileiros.

Referências:

AGENDA 2030. **Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/acompanhe/>> Acesso em: 14 abril 2018

AGENDA 2030. **Plataforma Agenda 2030**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/acompanhe/>> Acesso em: 13 abril 2018

BANCO MUNDIAL. Forcibly Displaced. Toward a Development Approach Supporting Refugees Internally Displaced, and Their Hosts. Overview.

BRITO, Fausto; CARVALHO, J. A. M. de. **As migrações internas no Brasil: As novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes**. CEDEPLAR. UFMG. Minas Gerais. 2016

CEDEPLAR. UFMG. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/>> Acesso em: 04 Maio 2018.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plano de Ação 2017-2019**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/comissao-nacional-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-lanca-plano-de-acao/plano-de-acao>> Acesso em: 13 abril 2018

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plano de Ação 2017-2019**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/comissao-nacional-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-lanca-plano-de-acao/plano-de-acao>> Acesso em: 13 abril 2018

EL PAÍS. **Fechamento de fronteiras mantém milhares de refugiados retidos na Grécia**. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/01/internacional/1456862750_765598.html> Acesso em: 04 Maio 2018.

ESTRATÉGIA ODS. **Estratégia ODS.** Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/estrategia-ods/>> Acesso em: 13 abril 2018

ESTRATÉGIA ODS. **Estratégia ODS.** Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/estrategia-ods/>> Acesso em: 13 abril 2018

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?** Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>> Acesso em: 14 abril 2018

ESTRATÉGIA ODS. **Objetivo 16.** Disponível em: <<http://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>> Acesso em: 14 abril 2018

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABOCO. Pernambuco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/>> Acesso 04 Maio 2018

G1. Rio tem 100 mil sem luz 48h após chuvas; 1,5 mil pessoas estão desalojadas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cerca-de-15-mil-pessoas-continuavam-desalojados-pelas-chuvas-no-rio-nesta-sexta-feira.ghtml>> Acesso em: 10 abril 2018

IDMC. **Global Report on International Displacement 2016.** Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/assets/publications/2016/2016-global-report-internal-displacement-IDMC.pdf>> Acesso em: 10 abril 2018

IDMC. Internal Displacement in 2017: Highlights Document, 16 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://data2.unhcr.org/fr/documents/download/58840>>. Acesso em: 08 abril 2018

IGARAPÉ. Igarapé na agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://igarape.org.br/igarape-na-agenda-2030-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>> Acesso em: 03 Maio 2018

IMDH. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/>> Acesso em: 04 Maio 2018

INSIGHT CRIME. **Internal Displacement in Brazil: An Inconvenient Truth?** Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/analysis/internal-displacement-gang-violence-brazil/>>. Acesso em: 11 abril 2018

INSTITUTO IGARAPÉ. **Migrantes Invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil**, Artigo Estratégico 29, março de 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Migrantes-invis%C3%ADveis.pdf>> Acesso em: 08 abril 2018

INSTITUTO IGARAPÉ. **Observatório de Migrações Forçadas.** Disponível em: <<https://igarape.org.br/observatorio-de-migracoes-forçadas/>> Acesso em: 08 abril 2018

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. The Migration, Environment and Climate Change: Policy Brief Series, issue 5, vol. 2, março 2016. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/policy_brief_series_vol2_issue5_en.pdf> Acesso em: 11 abril 2018

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 pra o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>> Acesso em: 14 abril 2018

NAÇÕES UNIDAS. **Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development.** Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>> Acesso em: 14 abril 2018

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 14 abril 2018

NEPDA. UEPB. Disponível em: <<http://nucleos.uepb.edu.br/nepda/>> Acesso em: 04 Maio 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Cidade Siciliana “renasce” com a ajuda de refugiados.** Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/europa.cidade-siciliana-renasce-com-a-ajuda-de-refugiados,70002233273>> Acesso em 04 Maio 2018.

O GLOBO. **IBGE assume presidência da Comissão de Estatística da ONU** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/ibge-assume-presidencia-da-comissao-de-estatistica-da-onu-18829970#ixzz5Cg3JxQWX>> Acesso em: 14 abril 2018

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. INCT. **Caderno de experiências ODS no Rio metropolitano e no Brasil.** Disponível em: <<http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/caderno-de-experiencias-ods-no-rio-metropolitano-e-no-brasil/>> Acesso em 03 Maio 2018

ODI. **Migration and the 2030 Agenda for Sustainable Development.** Executive Summary. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321268472_Migration_and_the_2030_Agenda_for_Sustainable_Development> Acesso em: 21 Maio 2018.

ODS. **Mandala de Desempenho Municipal.** Disponível em: <<http://sidems.cnm.org.br/mandala/index/ano/2017>> Acesso em: 14 abril 2018

ONU. **About: Partnership for SDGs online Platform.** Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/partnerships/about>> Acesso em: 04 Maio 2018.

ONU. **Agenda 2030:** Tópico 82. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 13 abril 2018

ONU. **Agenda 2030:** Tópico 82. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em: 13 abril 2018

ONU. **Comissão de Estatística aprova 230 indicadores globais para monitorar Objetivos Globais da ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/comissao-de-estatistica-aprova-230-indicadores-globais-para-monitorar-objetivos-globais-da-onu/>> Acesso em: 12 abril 2018

ONU. **Inter-agency Expert Group on SDG Indicators.** Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/>> Acesso em: 22 maio 2018.

ONU. **Objetivo 16.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>> Acesso em: 12 abril 2018

ONU. **ONGs apresentam relatório sobre implementação dos objetivos globais no Brasil.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ongs-apresentam-relatorio-sobre-implementacao-dos-objetivos-globais-no-brasil/>> Acesso em: 22 maio 2018

ONU. **Partnership Data for SDGs.** Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/sdinaction/pd4sdgs>> Acesso em: 04 Maio 2018.

ONU. **Partnerships for the SDGs Plataforma.** Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/partnerships/>> Acesso em: 22 maio 2018

ONU. **Progresso e Avaliação da Agenda 2030 depende do acesso a dados confiáveis e desagregados.** Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/10/20/-progresso-e-avalia-o-da-agenda-2030-depende-do-acesso-a-dados-confi-veis-e-desagregados.html>> Acesso em: 04 Maio 2018.

ONU. **Tier Classification for Global SDG Indicators.** Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/tier-classification/>> 22 maio 2018

PNUD. **SDGs on Development Cooperation.** Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/news-centre/speeches/2017/impact-of-the-sdgs-on-development-cooperation.html>> Acesso em: 14 abril 2018

PODGE, Thomas. **A Critique of the Sustainable Development Goals' Potential to Realize the Human Rights of All: Why being better than the MDGs is not good enough.** Journal of International and Comparative Social Policy, Yale, 2016. Disponível em: <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/campuspress.yale.edu/dist/6/1129/files/2015/10/SDG-HR_Rev-Jan-25-uugh97.pdf> Acesso em: 22 maio 2018.

Relatório Luz Completo. Disponível em: <<https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/10/relatorio-luz-completo.pdf>> Acesso em: 22 maio 2018

SANTOS, Thauan; SANTOS, Luan. **Os ODS e seus indicadores: novas classes gramaticais, uma mesma morfologia.** 2017. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/os-ods-e-seus-indicadores-novas-classes-gramaticais-uma-mesma-morfologia>> Acesso em 14 abril 2017

SANTOS, Thauan; SANTOS, Luan. **Os ODS e seus indicadores: novas classes gramaticais, uma mesma morfologia.** Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/os-ods-e-seus-indicadores-novas-classes-gramaticais-uma-mesma-morfologia>> Acesso em: 04 Maio 2018

SDGFUND. **Monitoring and Evaluation.** Disponível em: <<http://www.sdgfund.org/monitoring-and-evaluation>> Acesso em: 14 abril 2018

TSCHIRGI, Neclâ. Security and Development policies: untangling the relationship. In: KLINGEBIEL, Stephan (ed). *New Interfaces between security and development: Changing concepts and approaches.* Cap 2. 39-67 p. Bonn: Dt. Inst, fur Entwicklungspolitik, 2006. Disponível em: <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2012/3801/pdf/Studies_13.pdf> Acesso em 03 Maio 2018

UN. **Inter-agency Expert Group on SDG Indicators.** Disponível em:
<<https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/>> Acesso em: 14 abril 2018

UNSTATS. **SDG Indicators:** Global Database. Disponível em:
<<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/>> Acesso em: 13 abril 2018

UNSTATS. **SDG Indicators:** Global Database. Disponível em:
<<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/>> Acesso em: 13 abril 2018

UNSTATS. **SDG Indicators: Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development.**
Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>> Acesso em: 12 abril 2018